

Antonio Lopes Monteiro
Roberto Fleury de Souza Bertagni

Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo

ACIDENTES DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

Conceito, processos de conhecimento e
de execução e suas questões polêmicas

12ª edição

2024

saraiva  *jur*

SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas utilizadas</i>	VII
<i>Nota à 12ª edição</i>	XI
<i>Prefácio</i>	XIII

PARTE I

Capítulo 1 — DA LEGISLAÇÃO E CONCEITOS	3
1. Da Seguridade Social	3
2. Da Previdência Social	5
2.1. Do custeio do Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT – Contribuição para a cobertura dos Riscos Ambientais do Trabalho – RAT	5
2.2. Da contribuição adicional	7
2.3. Do Fator Acidentário de Prevenção – FAP	8
2.4. A nova visão do Seguro de Acidentes do Trabalho ...	20
3. Da legislação acidentária	22
4. Do conceito de acidente do trabalho	25
4.1. Acidente-tipo	25
4.2. Doenças ocupacionais	26
4.3. Doenças excluídas	28
4.4. Acidente por equiparação	28
Capítulo 2 — DO CAMPO DE APLICAÇÃO	33
1. Dos segurados protegidos	33
2. Dos segurados não protegidos	36
3. Outras situações especiais	37
3.1. O presidiário	37
3.2. O menor de 16 anos	37
3.3. Falta de registro	38
4. Dos não celetistas	40
5. Dos funcionários públicos do Município de São Paulo	40

6. Da perda da qualidade de segurado e período de graça.....	42
7. Dos dependentes	47

Capítulo 3 — DAS PRESTAÇÕES INFORTUNÍSTICAS.... 49

1. Introdução	49
2. Dos benefícios por acidente do trabalho.....	49
3. Das características dos benefícios	50
4. Do cálculo do valor dos benefícios.....	50
4.1. Da Lei n. 9.876, de 26 de novembro de 1999, até a EC n. 103/2019 e o novo cálculo do salário de bene- fício.....	54
4.2. Do fator previdenciário.....	57
5. Dos benefícios acidentários	59
5.1. Do auxílio-doença – benefício por incapacidade temporária.....	59
5.2. Do auxílio-acidente	61
5.3. Da aposentadoria	69
5.4. Da pensão por morte.....	71
5.5. Do abono anual.....	74
5.6. Dos pecúlios	74
6. Da cumulação dos benefícios	75
7. Da reabilitação profissional	81

PARTE II

Capítulo 1 — DA PERDA AUDITIVA INDUZIDA POR RUÍDO – PAIR

1. Introdução	85
2. Da indenização.....	92
2.1. Da indenização independentemente do grau de perda ...	92
2.2. Da não indenização se a perda for mínima.....	96
2.3. Da perda unilateral de 8%	97
3. Das causas extralaborativas que não ensejam a concessão do benefício	97

Capítulo 2 — DAS LESÕES POR ESFORÇOS REPETITI- VOS – LER/DORT

1. Do conceito	99
----------------------	----

2. Da prevenção	106
3. Da indenização.....	107
4. Das formas clínicas das lesões por esforços repetitivos – LERs	108
4.1. Tenossinovites	108
4.1.1. Tenossinovite dos extensores dos dedos	108
4.1.2. Tenossinovite de De Quervain	109
4.2. Epicondilites	110
4.3. Bursites	110
4.4. Tendinite do supraespinhoso e bicipital.....	111
4.5. Cistos sinoviais	112
4.6. Dedo em gatilho	112
4.7. Contratura ou moléstia de Dupuytren.....	113
4.8. Compressão de nervos periféricos.....	113
4.8.1. Síndrome do túnel do carpo	113
4.8.2. Síndrome do canal de Guyon	114
4.8.3. Síndrome do pronador redondo.....	114
4.8.4. Síndrome cervicobraquial	115
4.8.5. Síndrome do desfiladeiro torácico	115
4.8.6. Síndrome da tensão do pescoço (mialgia tensional).....	116
5. Perspectivas	117

Capítulo 3 — DA COLUNA VERTEBRAL..... 121

1. Introdução	121
2. Do acidente-tipo e dos “estalos” na coluna	121
3. Das condições agressivas no ambiente do trabalho	123
4. Da indenização.....	124

Capítulo 4 — OUTRAS MOLÉSTIAS IMPORTANTES..... 127

1. Da SIDA-AIDS.....	127
2. Das pneumoconioses	130
2.1. Da silicose	131
2.2. Da asbestose	133
3. Da dermatose ocupacional.....	139
4. Das varizes.....	140
5. Da epilepsia	141
6. Da hipertensão e das doenças cardíacas	143
7. Conclusão	145

Capítulo 5 — DA FIBROMIALGIA	147
1. Introdução	147
2. Fatores desencadeantes e sintomas	147
3. Diagnóstico e tratamento	149
4. Fibromialgia e LER/DORT	150
5. Conclusão	152

CAPÍTULO 6 — DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO...	155
1. Introdução	155
2. Conceitos e distinções necessárias	156
3. Assédio organizacional	158
4. Assédio moral – conceito e elementos.....	159
4.1. Assédio vertical	162
4.2. Assédio horizontal	162
4.3. Assédio misto	163
4.4. A palavra do Ministério do Trabalho e Emprego	163
5. Consequências do assédio moral	164
5.1. Para o trabalhador.....	164
5.2. Para a empresa.....	166
5.3. Síndrome de Burnout.....	170
6. Conclusão	176

PARTE III

Capítulo 1 — DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS....	183
1. Da vigência das Leis n. 8.213/91 e n. 9.032/95	183
2. Da retroatividade ou irretroatividade das leis acidentárias	185
3. Da não comunicação do infortúnio laboral – Lei aplicável ...	188

Capítulo 2 — DA COMPETÊNCIA.....	189
1. Da ação de conhecimento	189
2. Da ação revisional.....	192
3. Do foro	193
4. Da incompetência declarada de ofício	196

Capítulo 3 — DOS ASPECTOS PROCESSUAIS	199
1. Dos princípios da lide acidentária e o formalismo proces- sual	199

2. Do rito	201
3. Da petição inicial	202
4. Do pedido e sua extensão	204
5. Das provas	204
5.1. Da prova pericial	205
5.2. Dos outros meios de prova	215
6. Da desistência da ação	216
7. Da assistência e da denunciação da lide	218
8. Da sentença e do recurso de ofício	219
9. Do precatório	230
10. Da determinação de implantação do benefício e multa	239

Capítulo 4 — DO INTERESSE DE AGIR	245
1. Introdução	245
2. Da emissão da CAT e do pedido administrativo	246
3. Da falta de registro na CTPS	251
4. Da propositura da ação quando ainda em gozo do benefício auxílio-doença	254

Capítulo 5 — DA PRESCRIÇÃO EM MATÉRIA ACIDENTÁRIA	257
1. Introdução	257
2. Das prestações devidas e não requeridas	260
3. Do fundo de direito	264
4. Dos infortúnios não comunicados	265

Capítulo 6 — DE OUTRAS QUESTÕES PROCESSUAIS	267
1. Da tutela antecipada da lide – tutela de urgência (CPC/2015)...	267
2. Da extinção do processo	269
3. Da identidade física do juiz	270
4. Do agravo de instrumento	270
5. Da litigância de má-fé	271
6. Do recurso de apelação: efeitos	272

Capítulo 7 — DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS CUSTAS PROCESSUAIS	273
1. Da obrigação do INSS	273
2. Do valor e da incidência sobre parcelas devidas	275
3. Da incidência na fase de execução	276

4. Da legitimidade ou não de o patrono recorrer	276
5. Das custas processuais	280
Capítulo 8 — DOS JUROS MORATÓRIOS	283
1. Introdução	283
Capítulo 9 — DO MINISTÉRIO PÚBLICO	295
1. O Ministério Público e o advogado na ação acidentária....	295
2. Da atuação como fiscal da lei	298
3. Legitimidade recursal do Ministério Público como fiscal da lei.....	300
Capítulo 10 — DA AÇÃO REVISIONAL	301
1. Introdução	301
2. Do reajuste do benefício	302
3. Do reenquadramento do benefício	302
4. Outras questões	303
Capítulo 11 — DO PROCESSO EXECUTÓRIO	305
1. Da citação e dos embargos.....	305
2. Do cálculo do salário relegado à fase de execução.....	307
3. Da elaboração da conta e utilização do contador judicial....	308
4. Do teto do valor do benefício acidentário.....	311
5. Do valor do benefício quando a remuneração é por hora....	315
6. Do levantamento do valor depositado	317
Capítulo 12 — DA ATUALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS	319
1. Dos critérios legais	319
2. Da aplicação do redutor	327
3. Da aplicação da Súmula 26 do 2º Tribunal de Alçada Civil e Recurso de Revista	328
4. Da interpretação e alcance do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	329
5. Do primeiro reajuste	331

CAPÍTULO ESPECIAL

DANO MORAL E MATERIAL: COMPETÊNCIA, PRESCRIÇÃO E OUTRAS QUESTÕES RELACIONADAS À INDENIZAÇÃO	335
1. Introdução	335
2. A dupla indenização.....	336
3. O novo Código Civil.....	339
4. Elementos essenciais da responsabilidade.....	346
5. Competência jurisdicional	348
6. Prescrição.....	349
7. Indenização	355
8. Conclusão	356

CAPÍTULO ESPECIAL

A REFORMA TRABALHISTA E O ACIDENTE DO TRABALHO.....	359
1. Introdução	359
2. A reforma trabalhista e o Capítulo V do Título II, Da Segurança e Medicina do Trabalho.....	360
3. Os arts. 611-A e 611-B.....	360
4. Dano extrapatrimonial	362
5. Conclusão	365
<i>Bibliografia</i>	367